sócio Paulo Jorge Barata Matos Prouença e uma de quinhentos mil escudos pertencente à sócia Marina Maria Vilão Mendes.

5.º

Amortização de quotas

A sociedade poderá amortizar qualquer quota sempre que:

a) A quota seja arrolada, arrestada, penhorada ou incluída em massa falida ou insolvente;

b) A quota seja cedida sem consentimento da sociedade fora dos casos previstos na n.º 2 do artigo 228.º do Código das Sociedades Comerciais.

6.º

Gerência

1 — A gerência fica a cargo de todos os sócios, desde já designados como gerentes.

2 — Para vincular a sociedade é necessária a assinatura de dois gerentes.

21 de Outubro de 1996. — A Primeira-Ajudante, *Maria Almira Trindade Coelho Sobral*. 3000221350

PAPRICA — PRONTO-A-COMER, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Sintra. Matrícula n.º 8901; identificação de pessoa colectiva n.º 503223700; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 17/940505.

Certifico que entre Anabela Antónia Godinho Rodrigues Cancela, residente na Vivenda Godinho, Baratã, Algueirão-Mem Martins, e Ana Maria Alves Rebelo Miguens Cancela, residente na Rua de José Brandão de Almeida, lote D-6, 2.º, frente, Algueirão-Mem Martins, foi constituída a sociedade em epígrafe que se rege pelo seguinte contrato:

ARTIGO 1.º

É constituída uma sociedade comercial por quotas com a firma Paprica — Pronto-a-Comer, L.ª

ARTIGO 2.º

1 — A sede social é na Rua do Professor Francisco Sá Carneiro, 31-B, Bairro de Ouessa, Mem Martins, freguesia de Algueirão-Mem Martins, concelho de Sintra.

2 — A gerência poderá deliberar a deslocação da sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe e a criação de filiais, sucursais ou outras formas locais de representação onde entender.

ARTIGO 3.º

O objecto social consiste na confecção, comércio e entrega domiciliária de produtos alimentares, e exploração de pronto a comer.

ARTIGO 4.º

1 — O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de quatrocentos mil escudos dividido em duas quotas iguais de duzentos mil escudos, uma de cada sócio.

2 — A sociedade poderá participar em agrupamentos complementares de empresas, criar outras empresas ou participar no capital social de outras sociedades, reguladas ou não por legislação especial, e com ou sem objecto idêntico ao objecto desta sociedade.

ARTIGO 5.º

Os sócios poderão celebrara com a sociedade contratos de suprimentos nos termos que previamente sejam deliberados em assembleia geral.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas a estranhos depende do consentimento da sociedade e, sendo onerosa, os sócios não cedentes gozam do direito de preferência.

ARTIGO 7.º

1 — A sociedade fica vinculada com as assinaturas de dois gerentes.

2 — Ficar designados gerentes ambos os sócios.

30 de Maio de 1995. — A Primeira-Ajudante, *Maria Almira Trindade Coelho Sobral*. 3000221579

SILVITECTO — INDÚSTRIA DE TECTOS FALSOS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Sintra. Matrícula n.º 8891; identificação de pessoa colectiva n.º 503223182; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 09/940429.

Certifico que entre Ana Paula Marques Ivo, divorciada, residente na Quinta da Bicuda, Rua do Massarico, 149, rés-do-chão, esquerdo, Cascais, e Maria do Carmo Ribeiro Antunes, casada, residente na Praceta da Amizade, lote 241, 4.º, direito, Mira, Sintra, Agualva-Cacém, foi constituída a sociedade em epígrafe que se rege pelo seguinte contrato:

ARTIGO 1.º

É constituída uma sociedade comercial por quotas com a firma SILVITECTO — Indústria de Tectos Falsos, L.ª

ARTIGO 2.º

1 — A sede social é na Rua de José Brandão de Almeida, lote B-21, armazém n.º 8, Bairro de Ouessa, em Mem Martins, freguesia de Algueirão-Mem Martins, concelho de Sintra.

2 — A gerência poderá deliberar a deslocação da sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe e a criação de filiais, sucursais ou outras formas locais de representação onde entender.

ARTIGO 3.º

O objecto social consiste na indústria e comércio de tectos falsos, divisórias e caixilharia de alumínio.

ARTIGO 4.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de quatrocentos mil escudos, dividido em duas quotas iguais de duzentos mil escudos, uma de cada sócio.

ARTIGO 5.º

Poderão ser exigidas a todos os sócios, na proporção das suas quotas, prestações suplementares até ao montante global de um milhão de escudos.

ARTIGO 6.º

A sociedade pode participar noutras sociedades, com objecto igual ou diferente do seu, e ainda em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 7.º

1 — A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, será exercida por Anabela do Carmo Ribeiro Antunes Silva, casada, natural da freguesia de Belas, concelho de Sintra, e residente na Rua de Adelino Amaro da Costa, lote C-1, 3.º, frente, Bairro de Ouessa, Mem Martins, que desde já fica nomeada gerente.

2 — Para obrigar a sociedade, em todos os seus actos ou contratos é suficiente a assinatura do gerente nomeado.

3 — Cabem nos poderes de gerência a pratica dos seguintes actos: comprar e vender quaisquer bens móveis, designadamente participações sociais e veículos automóveis, assim como abrir e movimentar contas bancárias, assinar, aceitar, sacar, endossar e avaliar cheques, letras e livranças.

ARTIGO 8.º

A cessão de quotas a estranhos carece de autorização da sociedade, à qual fica reservado o direito de preferência.

ARTIGO 9.º

1 — A sociedade poderá amortizar qualquer quota nos seguintes casos:

a) Por acordo com o respectivo titular;

b) No caso de dissolução de sócio que seja pessoa colectiva;

c) Quando a quota tenha sido objecto de arresto, penhora ou envolvida em qualquer procedimento judicial ou ainda cedida a estranhos com violação do disposto no artigo 8.º

2 — A contrapartida da amortização será pelo valor apurado face do último balanço aprovado.

29 de Maio de 1995. — A Primeira-Ajudante, *Maria Almira Trindade Coelho Sobral*. 3000221577